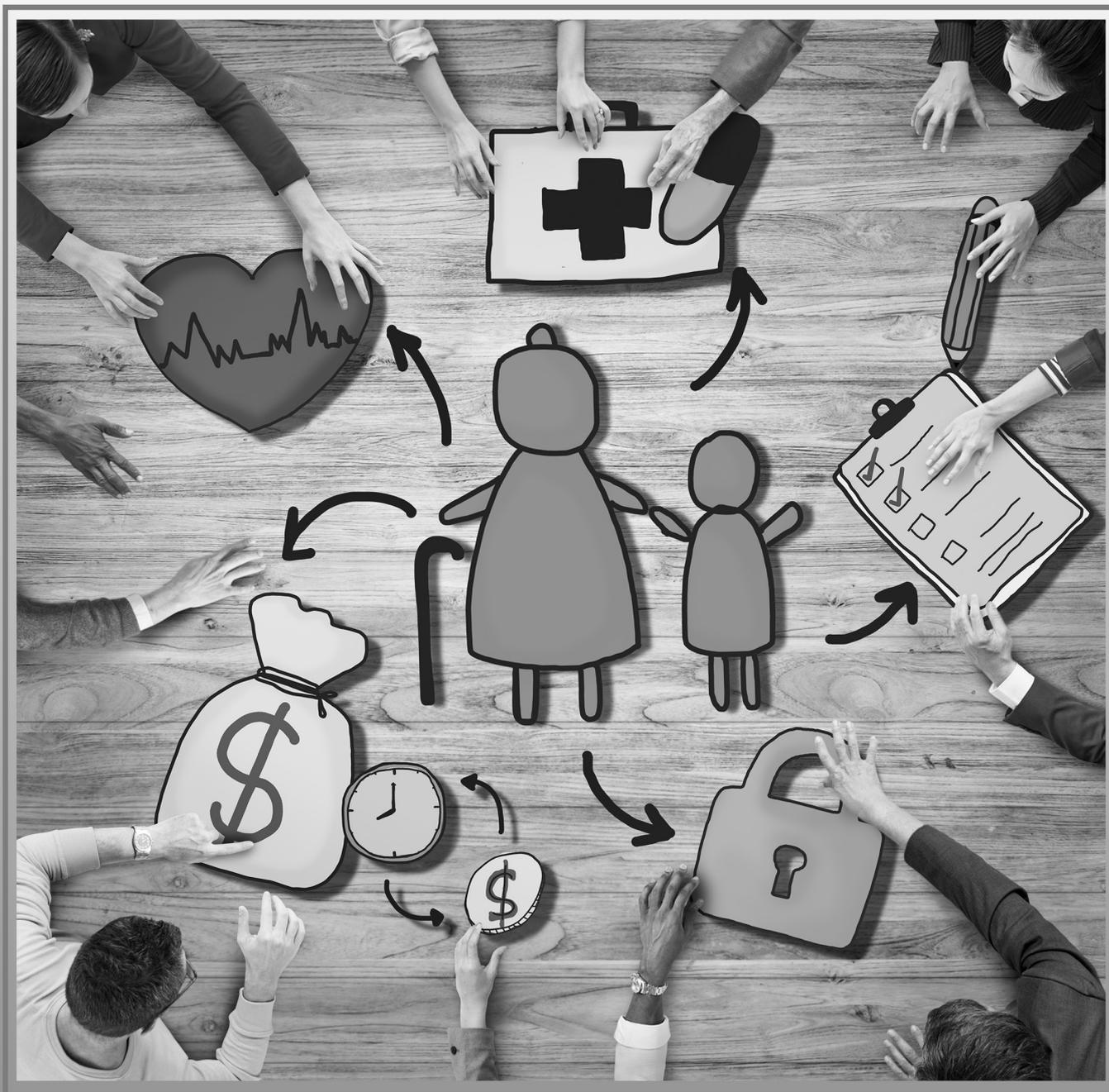




Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-235-7

DOI 10.22533/at.ed.357203007

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
DOI 10.22533/at.ed.3572030071	
CAPÍTULO 2	10
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3572030072	
CAPÍTULO 3	21
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3572030073	
CAPÍTULO 4	32
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3572030074	
CAPÍTULO 5	40
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
DOI 10.22533/at.ed.3572030075	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.3572030076	
CAPÍTULO 7	63
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
DOI 10.22533/at.ed.3572030077	

CAPÍTULO 8 77

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva
Ariane Helena Coelho Raiol
Ivanira Mariano de Melo
Jéssica Pereira Morais
Josione Gusmão de Carvalho
Lorena Carolina Roldão Campos
Luciane dos Santos Marques
Luciene Cibele Cardoso Ferreira
Maria Bianca Figueiredo Palheta
Nathalia Koury Pinto
Wellington Monteiro Ferreira
Yasmin Fernandes Santos

DOI 10.22533/at.ed.3572030078

CAPÍTULO 9 88

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.3572030079

CAPÍTULO 10 97

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira
Érica Oliveira de Castro Farias
Rosimary de Souza Lourenço

DOI 10.22533/at.ed.35720300710

CAPÍTULO 11 107

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.35720300711

CAPÍTULO 12 117

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral
Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.35720300712

CAPÍTULO 13 129

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira
Sandra Mara Leal de Senna

DOI 10.22533/at.ed.35720300713

CAPÍTULO 14 139

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ

Jussara Faria de Campos
Simone da Silveira Sarmento Gonçalves
Shirley Marques de Oliveira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.35720300714

CAPÍTULO 15 149

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR

Aline Possa Silva Anjos
Lorena Luana da Costa Castro

DOI 10.22533/at.ed.35720300715

CAPÍTULO 16 157

AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE

Milene Lúcia Santos
Fernando Ferreira de Araújo
Jheniffer de Assis Gonçalves
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.35720300716

CAPÍTULO 17 165

CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Luciene Gustavo Silva
Reinaldo da Silva Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.35720300717

CAPÍTULO 18 177

NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Tatiana Maria Araújo da Fonseca
Cristiane Medeiros dos Santos
Roberta Gomes Leite Baptista
Ana Kelly Souza Costa
Adriana Medalha Perez
Cíntia do Nascimento Ferreira
Rozeane Guedes de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.35720300718

CAPÍTULO 19 188

ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Priscilla Brandão de Medeiros
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

DOI 10.22533/at.ed.35720300719

SOBRE A ORGANIZADORA..... 199

ÍNDICE REMISSIVO 200

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 06/04/2020

Luciana Trugillo Peloso

Secretaria de Estado de Assistência Social e
Cidadania (SETASC)
Cuiabá – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/7988996907799094>

Luciano Joia da Silva

Secretaria de Estado de Assistência Social e
Cidadania (SETASC)
Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Este estudo pretende refletir sobre como as alterações no mundo do trabalho, de viés neoliberal, refletem na intervenção dos assistentes sociais num contexto de focalização da política social e desmonte dos direitos sociais. A complexa realidade que envolve o Serviço Social exige reflexões acerca do agir profissional e sua forma de se constituir como profissão composta por sujeitos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação produtiva. Estado neoliberal. Política Social. Direitos Sociais. Serviço Social.

TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF
WORK AND THEIR IMPLICATIONS IN THE
WORK OF SOCIAL ASSISTANTS: THE
DISMANTLING OF SOCIAL RIGHTS

ABSTRACT: The purpose of this study is to evaluate, in the context of social politics and social rights dismantling, the transformations in the labor world, with a neoliberal bias, which, in its turn, reflects on the social workers intervention. The complex reality which comprehend the Social Work requires continuous reflection about the professional role and the way of constituting itself by worker subjects.

KEYWORDS: Productive restructuration. Neoliberal state. Social Politics. Social Rights. Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

Durante o século XX e início do século XXI, o trabalho passou por transformações jamais identificadas em outros períodos históricos, todas vinculadas à contradição inerente ao regime de produção capitalista. Segundo Marx (1971), essa contradição relaciona-se ao fato de que sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, em geral,

confronta-se continuamente com as condições específicas de produção nas quais estão inseridas.

Isto significa que o capital necessita de um conjunto de relações sociais e econômicas que possibilitem a continuidade do seu processo de acumulação. Nessas relações, conforme Mattoso (1995), incluem-se as questões tecnológicas, produtivas, salarial, de padrões de consumo, da internacionalização das atividades do capital e o papel do Estado.

Quanto ao papel do Estado, este é determinado pelo modo de produção de uma dada sociedade, conforme afirma Jan Gogh (1982, p. 75) “(...) *la forma Estado – su natureza, estructura y papel – estará constreñida por el modo de producción o la naturaleza de la explotación en esa sociedad*”.

Segundo Mészáros (1999), o suporte político do Estado procura complementar o sistema do capital, criando condições para a manutenção e reprodução do sistema. Isto é importante, visto que, para dar continuidade à sua expansão impulsionada pela acumulação, o sistema do capital pressupõe a subordinação da sociedade aos seus objetivos, nas “*funções produtivas, distributivas*”.

Quanto à política social, a história tem evidenciado que, em qualquer tempo e contexto sociocultural, a mesma tem procurado satisfazer necessidades sociais, porém, sem deixar de atender aos “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” (CASADO *apud* PEREIRA, 2008, p. 27) das elites dominantes.

Essas transformações, contudo, não se limitam à esfera da produção, mas afetam também a dinâmica da reprodução social, esfera em que atua o profissional de Serviço Social. Não há como negar que o Serviço Social se constitui como profissão inserida em condições históricas concretas, que influenciam a forma de pensar e agir de seus profissionais. Por este motivo, para compreender a prática profissional é necessário conhecer e desvelar as contradições e mediações postas, através do mercado de trabalho, ao assistente social.

As grandes transformações vividas nas últimas décadas têm colocado complexas questões ao Serviço Social. A implementação da proposta do Estado neoliberal, os processos de municipalização e descentralização da política social, a intensificação da presença das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) na execução de serviços de caráter público, as ações da filantropia empresarial, entre outras mudanças, nos remetem ao questionamento de como os profissionais de Serviço Social realizam sua intervenção nos espaços sócio-ocupacionais.

Assim, a complexidade da realidade que envolve e determina o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo exige reflexões atentas voltadas tanto para o agir profissional, quanto para sua forma de se constituir como profissão composta por sujeitos trabalhadores.

2 | O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após um período de mais de 25 anos de crescimento, iniciou-se, na segunda metade da década de 1970, movida mais precisamente pelo abastecimento de petróleo, uma profunda crise nas economias capitalistas dos países centrais, todas petróleo-dependentes. Essa crise se expressou por meio de elevadas taxas de inflação, da diminuição da produtividade e dos níveis de crescimento, do acirramento do desemprego e do aumento dos déficits públicos. Esses aspectos anunciavam o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista, que nasceu na indústria automobilística nos EUA e se expandiu para a Europa, no pós-guerra: o *fordismo* (FILGUEIRAS, 1999, p. 903).

O *fordismo* amparado na base técnica da Segunda Revolução Industrial do fim do século XIX e nos métodos de organização do trabalho *tayloristas*, provocou um aumento extraordinário da produtividade do trabalho e redução dos custos unitários de produção. Contudo, essa produção em massa exigia um consumo em massa; ameaçada pela possibilidade da mesma se inviabilizar pelo lado da demanda, conforme demonstrou o *crack* de 1929. Isto implicava na necessidade de o capital distribuir com os trabalhadores os ganhos de produtividade alcançados, por meio do aumento real dos salários (FILGUEIRAS, 1999, p. 903).

Porém, com o esgotamento do padrão *taylorista-fordista*, vivenciado a partir dos anos 70, impulsionou o capital a desenvolver um processo de reestruturação para recuperar seu ciclo produtivo e reconfigurar seu projeto de domínio social questionado pelas lutas sociais, direcionada pela classe trabalhadora. Dessa maneira, o capital lançou mão de “um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade” (ANTUNES, 1999, p. 48).

Nos anos de 1970 se iniciam os processos de reestruturação produtiva, sob inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, das grandes corporações e dos governos das grandes potências. A doutrina neoliberal, por sua vez, ressurgiu como a ideologia mais adequada de sustentação e estímulo político da reestruturação produtiva e do processo de globalização da economia, ambos movimentos estruturais do capitalismo contemporâneo (FILGUEIRAS, 1999, p.906).

A *flexibilidade* se traduz como característica essencial desse novo paradigma tecnológico e organizacional. Partindo de seu aspecto tecnológico, é a substituição da automação rígida pela automação flexível. Já do ponto de vista organizacional, a redistribuição das bases de formação de capital que iriam amortecer os impactos da “crise do petróleo” nos países centrais, por transferências tecnológicas já entrando em desuso, passariam a exigir nesses novos métodos e modelos organizacionais, tanto nas suas estruturas gerenciais privadas, ou na organização do estado.

Dessa forma, a atual fase de organização do capital se caracteriza por transformações nas relações de trabalho e produção, constituindo-se de maneira favorável aos interesses

do capital com vistas à exploração do trabalho. A acumulação flexível não visa superar as contradições inerentes à sociedade capitalista, tampouco tem trazido benefícios aos trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva, no Brasil, iniciou-se já na segunda metade da década de 1980, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 90, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor, centrado principalmente na adoção de novas formas de gestão e organização da produção (FILGUEIRAS, 1999, p. 909).

Assim, as repercussões dessas transformações para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora são, com certeza, importantes. Um sistema de trabalho flexível necessita de um sistema de regulação flexível, com “novas formas de estruturação” (IAMAMOTO, 2003, p. 31).

Como consequência dessas transformações, o que se observa é um ataque frontal aos direitos do trabalho. Emerge o trabalho precarizado nas mais diversas formas de contratação: trabalho temporário, terceirizado, dupla jornada, etc; fundamentado pela desconcentração fabril e pela ideologia do *toyotismo*.

Sob este prisma, o neoliberalismo, respaldo ideológico da reestruturação produtiva, concentrou esforços em um ataque fervoroso ao Estado intervencionista e de bem-estar e, conseqüentemente, à construção histórica da cidadania. Esse ataque se manifestou na reorganização da estrutura estatal e de seu papel; a investida neoliberal “é fazer do mercado a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos” (TEIXEIRA, 1998, p. 196).

3 | O ESTADO NEOLIBERAL E A POLÍTICA SOCIAL: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Como fenômeno político e ideológico, hegemônico somente no final da década de 1970, o neoliberalismo¹ é uma ideologia inspirada no liberalismo do século XVII e XVIII. Este último surgiu e ganhou influência na sociedade europeia com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da ordem burguesa (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

O liberalismo, alimentado pelas teses de David Ricardo e sobretudo de Adam Smith (2003), que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão-invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 56).

1. Sobre o surgimento do neoliberalismo Behring e Boschetti (2006) esclarecem que: “Ao fazer ‘um balanço do neoliberalismo’, Anderson (1995) afirma que este surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar e, que suas premissas estavam elaboradas originalmente no texto Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, publicado em 1944, sendo que ‘seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro’” (p.125).

Assim, o liberalismo, rompendo com as restrições impostas pelo Absolutismo, assume uma posição de ataque à intervenção do Estado em geral. Isso se expressa na sua tese principal, qual seja, a do individualismo, cuja iniciativa e ação não podem ser contrariadas pelo Estado, uma vez que o indivíduo tem direito à total liberdade econômica e política (FILGUEIRAS, 1999, p. 898).

O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência da intervenção estatal. O papel do Estado, uma espécie de mal necessário na perspectiva do liberalismo, resume-a a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os “benefícios aos homens”. Adam Smith criticou duramente o “Estado intervencionista e o Estado mercantilista” mas não defendeu sua extinção. Ao contrário, reafirmava a necessidade da existência de um corpo de leis e a ação do Estado que garantisse maior liberdade ao mercado livre (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 56).

Assim como o liberalismo, o neoliberalismo é também uma doutrina que se constrói em oposição a uma forma de intervenção do Estado, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o *New Deal* americano, que tem por princípio mais geral a desigualdade como valor positivo e imprescindível na configuração de uma sociedade democrática (FILGUEIRAS, 1999, p. 899).

O Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), de acordo com Pereira (2008, p. 23), “é aquele moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social”. Neste contexto a Política Social integra um complexo político–institucional, denominado Seguridade Social (inaugurado na Inglaterra, na década de 40), que, por sua vez, constituiu a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar Social ou do *Welfare State*.

Foi somente com a institucionalização do *Welfare State* que a política social se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais e cidadania.

O surgimento do *Welfare State* relaciona-se a demandas por maior igualdade e reconhecimento de direitos sociais e segurança econômica, conjuntamente com os interesses do capital de se manter reciclado e preservado. É por isso que autores como Gough (1982) veem o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, fá-lo preservando a integridade do modo de produção capitalista.

[...] A política social por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contraditórios, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela (PEREIRA, 2008, p. 86).

2. Conforme Behring e Boschetti (2006) o *New Deal* americano constitui-se “saída pragmática empreendida por Roosevelt nos EUA durante seus dois primeiros mandatos (1932-1936 e 1936-1940) com vistas à retomada do desenvolvimento econômico. Os EUA, após a crise de 29, viviam uma conjuntura de retração econômica, pauperismo e elevadas taxas de desemprego. O *New Deal* marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então” (p. 71).

Porém, nos últimos trinta e cinco anos, conforme destaca Pereira (2008, p. 16-7), a política social se transformou, sob a égide do capitalismo de feição neoliberal, num campo de conflitos de interesses. Os cortes nos gastos públicos, o desmonte dos direitos sociais, a desqualificação das instituições de bem-estar, o questionamento do caráter público da política, o desprezo pelos pobres, são alguns aspectos observados no contexto do neoliberalismo, dentre outros atentados contra um legado de conquistas construído pelos movimentos democráticos, entre os anos de 1945–1975.

O fenômeno do neoliberalismo é posterior à Segunda Grande Guerra, que surge como uma reação teórica e política ao Estado *keynesiano*. Suas características voltam-se, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado.

Dessa maneira, a política econômica de Estado, em tempos neoliberais, deve ser a de defender a moeda, assegurar a estabilidade dos preços e garantir o cumprimento dos contratos e da livre concorrência. Para isso, se aposta na desregulamentação do mercado de trabalho, sobretudo, na flexibilização das relações trabalhistas (FILGUEIRAS, 1999, p. 900).

No entanto, de acordo com Behring e Boschetti (2006, p. 125):

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido o aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais.

Segundo o pensamento neoliberal, não deve haver políticas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, uma vez que isto acomoda seus beneficiários e esfria a competição – motor da sociedade capitalista. Em outros termos, para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado Social³, por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, uma vez que aumenta o consumo e diminui a poupança da população (NAVARRO *apud* BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

No Brasil, no que tange à economia, a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”. Contudo é um período fortemente marcado pelas lutas pela democracia, destacando, sobretudo, a Constituição de 1988 e a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960.

Este período, denominado de “Transição Democrática” ou “Nova República”, caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e, em segundo, por uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial. Data dessa época a inclusão, pela primeira vez na história política do país, da assistência social (com a sua proposta de satisfação de “mínimos sociais”) numa Constituição Federal, na condição

3. Conforme Pereira (2004, p. 136) Estado Social é uma “denominação usada como sinônimo de *Welfare State*, Estado Providência ou Estado de Bem-Estar, tendo como principal vantagem o fato de, semanticamente, não induzir a uma associação automática entre a ampliação das funções sociais do Estado capitalista e a efetiva produção de bem-estar”.

de componente (integral e endógeno) do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania (PEREIRA, 2000, p. 148).

Vale considerar, porém, que a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego (CARVALHO, 2001 *apud* PEREIRA, 2004, p. 154).

Sob o aspecto econômico tem-se, na entrada dos anos 1990, um país abatido pela inflação que será fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal.

Neste contexto, a chamada reestruturação produtiva, que vem a ocorrer em momento tardio a outras expressões econômicas nacionais em relação aos países centrais quando já se acumulava desemprego em larga escala com deterioração econômica, é que vai ditar a regra das mudanças na organização do trabalho, e que, sob o manto sacrossanto da hegemonia neoliberal, promove importantes reconfigurações na política social e nos seus modelos de oferta.

Também o processo de industrialização tardia experimentado no Brasil já havia consolidado históricas consequências como: economia informal, precariedade do emprego, desregulamentação das condições de trabalho com a regressão dos direitos sociais, ausência de proteção e expressão sindical, redução do emprego por tempo completo, aumento do emprego em tempo parcial.

A democracia representativa, o Estado de direito e os direitos individuais são ressaltados por esse neoliberalismo, que em âmbito político-estatal, faz descaracterizar qualquer tipo de ação coletiva, em particular as de natureza sindical, que são sempre vistas como corporativistas.

[...] é em meio aos decantados princípios tidos como adequados à economia de mercado: competitividade, individualismo, Estado mínimo, flexibilidade do trabalho, liberdade como sinônimo de liberdade econômica etc. –, cenário necessário ao novo processo de acumulação capitalista, que o Brasil, com esse tipo de desenvolvimento, atravessa a presente crise capitalista e a ofensiva neoliberal, agravando de forma ainda mais drástica a situação da classe trabalhadora (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 211).

Nessa lógica, o neoliberalismo, do ponto de vista da ação política, também não implicou no fim da intervenção do Estado na economia, mas apenas no redirecionamento dessa intervenção.

Dessa maneira, no Brasil, a desregulamentação do trabalho, ocasionada pela política neoliberal, intensificou o desemprego estrutural, a redução de salários e a precarização das relações de trabalho, por intermédio da incisiva intervenção do Estado na regulação da produção material e no direcionamento estatal e privado da força de trabalho. “Ao mesmo tempo, o Estado passou a reduzir sua presença na área das políticas sociais, já historicamente insuficientes em nossa sociedade” (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 212).

Assim, a partir de 1990, conforme Marconsin e Forti (2001), o Brasil passou a vivenciar o projeto de “modernização”. Projeto este marcado pela flexibilização e desregulamentação do trabalho, acirramento do desemprego, ondas privatistas e conseqüente atrofiação do

Estado, das políticas sociais e regressão dos direitos sociais.

No campo das políticas sociais, a retração do Estado pelo seu financiamento expressa-se por corte de verbas, deterioração das ações de prestação de serviços, transferência, para organizações patronais ou não-governamentais, de significativas parcelas do atendimento à questão social. Evidentemente, no Brasil, as políticas sociais públicas são historicamente insuficientes, e mesmo a prestação dos serviços por parte do Estado também sempre foi extremamente precária. No entanto, hoje intensifica-se esse processo e, inclusive, a insuficiência e a precariedade são utilizadas para mostrar a importância da privatização e ganhar-se opinião pública para esta lógica (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 213).

Esse encaminhamento colocado em prática pelo Estado neoliberal no cenário brasileiro vem, necessariamente, provocando mudanças nas condições de trabalho dos profissionais responsáveis pela implementação das políticas sociais públicas e na luta pela concretização de direitos, dentre eles os de Serviço Social.

4 | REBATIMENTO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

Conforme foi observado, as transformações em curso no mundo do trabalho nas últimas décadas são decorrentes das novas exigências da ordem capitalista contemporânea. Tais transformações afetam diretamente as relações de classe, as formas de organização dos trabalhadores e, ainda, alteram significativamente as chamadas especializações do trabalho.

No capitalismo monopolista, face ao padrão de produção atual denominado por alguns autores como flexível, acirra-se a luta de classes, mas também a luta intraclases, a fragmentação, a competitividade, o individualismo, a razão instrumental que opera uma ruptura entre fins e meios, estimulando saídas individualistas e o salve-se quem puder. Não é demasiado dizer que essa lógica acirra a fragmentação das classes e entre segmentos profissionais, dentre os quais dos assistentes sociais (GUERRA, 2007, p. 08).

Concomitantemente a essas transformações do e no trabalho, ocorrem as mudanças na esfera político-ideológica, configuradas pelo projeto neoliberal, como as privatizações estatais, o enxugamento dos gastos sociais, a reforma da Previdência Social, a flexibilização das relações de trabalho, a refilantropização da assistência social, etc. Neste sentido, as grandes mudanças vivenciadas têm colocado complexas questões ao Serviço Social. A implementação da proposta do Estado neoliberal e os processos de municipalização e descentralização das políticas sociais, sobretudo nas políticas de assistência social, entre outras mudanças, refletem diretamente nas realizações concretas de intervenção dos(as) Assistentes Sociais.

Como a reestruturação produtiva e a condução neoliberal das ações do Estado são dois aspectos de uma unidade indivisível, eles se imbricam na realidade, provocando mudanças no mercado de trabalho e nas condições de realização do trabalho para os profissionais que atuam nessas políticas. Do ponto de vista da organização do trabalho, no âmbito do Estado, os governantes vêm implantando a ótica da reestruturação produtiva, por intermédio do enxugamento do quadro de pessoal, da refuncionalização de funções e responsabilidade etc., com a mesma velocidade que impõem a ótica neoliberal na

Se ainda no campo da política social, conforme Montaño (2003, p. 244), “[...] as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, ‘global’ e ‘produtivo’, são substantivamente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade”. Desta forma, sendo a política social a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, a profissão tende a sofrer modificações no seu campo de atuação, nas suas condições de trabalho, e na sua demanda. Em suas palavras:

[...] o assistente social depende da política social – como o trabalhador moderno depende da máquina - se esta constitui a “base de sustentação” que dota de funcionalidade e legitimidade e que cria o espaço laborativo para a inserção profissional, [...] as mudanças nas funções e responsabilidades sociais do Estado, por via de alterações nas políticas sociais, rebatem diretamente e radicalmente na coluna vertebral da profissão: no tipo e quantidade da demanda dirigida ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (p. 246).

É neste espaço dinâmico e contraditório que se estabelecem as condições materiais das práticas profissionais, “desenvolvidas segundo a divisão sócio-técnica do trabalho, o papel político e a dimensão social dessas práticas” (SERRA, 1998, p. 15).

Inúmeros estudos têm demonstrado que:

Estas mudanças – seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial – determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital. [...] Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social (MOTA & AMARAL, 1998, p. 29).

De maneira geral, o que ocorre é que as transformações vivenciadas afetam as condições nas quais se realiza a prática profissional, forçando os assistentes sociais a criarem mecanismos e estratégias de intervenção que superem as barreiras institucionais. Este profissional, como trabalhador só materializa sua ação quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho, meios e mediações.

Ao discutir as transformações societárias em curso e o Serviço Social, deve-se partir do pressuposto de que “as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeopolíticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais” (NETTO, 1996, p. 89).

Mais ainda, a identificação das particularidades do mercado de trabalho do profissional de Serviço Social não pode estar desvinculada de uma perspectiva de totalidade, sendo necessário verificar como as transformações societárias em curso influenciam e interferem

na forma de ser da profissão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado, enfrenta-se hoje a precarização do trabalho e a subalternização do trabalho à ordem mercantilista, atravessada pela reforma do Estado, no desmonte dos direitos sociais; e a focalização, descentralização e precarização da política social. Há uma ênfase na terceirização e/ou substituição por profissionais de menor preparo e com baixos salários (ou voluntários), vínculos empregatícios instáveis e flexíveis, sujeitos a financiamentos externos de projetos pontuais, quase sempre justificado pelos custos adicionais dos encargos sociais a uma contrapartida de baixa produtividade por parte do trabalhador.

Dessa maneira, o mercado de trabalho, particularmente, do Serviço Social, sofre com condições cada vez mais precárias, sejam nas relações trabalhistas, sejam nas próprias condições estruturais de trabalho, além das novas demandas colocadas ao profissional sem uma contrapartida nas condições que favoreçam a qualificação profissional e a melhoria dos salários.

Assim, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil, percebemos que no atual contexto, um dos desafios enfrentados por esses profissionais é o redescobrimto de alternativas e possibilidades para que o trabalho profissional seja desenvolvido de maneira ética e comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social. Projeto este que se coloca na contra-mão do projeto societário ora hegemônico em nossa sociedade.

Diante do exposto, a realidade atual configura-se como um desafio a ser enfrentado pela ação conjunta dos profissionais de Serviço Social, no sentido de superar as dificuldades e limitações do exercício profissional, sem perder de vista seu direcionamento social, seu compromisso ético-político, ou seja, pela militância profissional, com vistas à concretização dos direitos, impressos à intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Bibliografia Básica de Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. A. M. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. **VI Encontro nacional de Estudos do Trabalho** – ABET. Anais. 6-8 outubro de 1999, Belo Horizonte – MG.

GOUGH, Ian. **Los orígenes del Estado del Bienestar**. In *Economía política del Estado del bienestar*. Madrid: Blume Ediciones, 1982.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVIII. nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCONSIN e FORTI, **Em Tempos Neoliberais, o Trabalho dos Assistentes Sociais em Cena.** In: SERRA, Rose (org). Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES-FSS/ UERJ, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1 v. 1, 1971.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo, Scritta, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução.** In: Ensaio Ad Hominem. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem (1), tomo I, 1999.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. Elisabeth e AMARAL, Ângela S. do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social.** In: MOTA, A. Elisabeth (org.) e outros. A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, (50) 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos Direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In BOSCHETTI et al (Orgs). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo.** Brasília: UnB/Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

_____. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, Rose Mary Sousa (Coord.). **O Serviço Social e os seus Empregadores: O Mercado de Trabalho nos Órgãos Públicos, Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região /ABESS-Leste/ FSS-UERJ/ ESS-UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo de A. de (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade estadual do Ceará, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

I

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

M

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

P

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020